

TEMER NO PODER

AGAZETA

SEXTA, 13 DE MAIO DE 2016

Macroeditor: **Abdo Filho** ✉ afilho@redegazeta.com.br
Editor: **Eduardo Fachetti** ✉ efachetti@redegazeta.com.br

WhatsApp (27) 98135.8261
Telefone: (27) 3321.8332



VIRADA A PÁGINA

Michel Temer assume pedindo confiança e diálogo com o país



CADERNO ESPECIAL

TEMER ASSUME COM PEDIDO DE DIÁLOGO PARA AFASTAR A CRISE

Presidente em exercício nomeou seus principais ministros e prepara medidas

RIO

▄ Sem pompa e com algum grau de improviso, o presidente em exercício da República, Michel Temer (PMDB), assumiu o cargo, deu posse a seu ministério, e encerrou, ao menos por ora, o ciclo de 14 anos do PT no poder.

Agora afastada, a presidente Dilma Rousseff (PT) se despediu do Planalto e vai aguardar por até 180 dias, fora do mandato, o julgamento definitivo do Senado sobre seu impeachment.

Com a voz rouca e pigarreando em diversos momentos, Temer fez seu primeiro discurso no posto defendendo o diálogo como o “primeiro passo para enfrentarmos os desafios para avançar e garantir a retomada do crescimento”.

“Minha primeira palavra ao povo brasileiro é a palavra confiança (...). Confiança na recuperação da economia nacional, nos potenciais do nosso país, em suas instituições sociais e políticas e na capacidade de que, unidos, poderemos enfrentar os desafios deste momento de grande dificuldade”, disse o presidente em exercício.

Numa clara tentativa de se distanciar de práticas de Dilma – como a relação frágil e conturbada com os parlamentares desde 2010 –, Temer enalteceu o parlamento e afirmou ser essencial a ampliação do trabalho em conjunto com o Legislativo e com a sociedade para tirar o país da crise.

“É urgente fazermos um governo de salvação

“

Compreendemos o momento delicado, difícil e ingrato. Não podemos olhar para frente com os olhos de ontem”

“É urgente pacificar a nação e unificar o país. É urgente fazermos um governo de salvação nacional”

“A Operação Lava Jato tornou-se referência e, como tal, deve ter seguimento e proteção contra qualquer interferência”

REPRODUÇÃO



Logomarca da nova administração lançada por Temer

nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro hão de emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos”, acrescentou.

Michel Temer pediu ajuda dos deputados e dos senadores para aprovar projetos que possam tirar o país da crise e reequilibrar as contas públicas.

O peemedebista citou a governabilidade como um dos pontos nevrálgicos de seu governo: “Vamos precisar muito da governabilidade. E a governabilidade exige, além do que eu chamo de governança, que é o apoio da classe política no Congresso Nacional, governabilidade, que é o apoio do povo. O povo precisa colaborar e aplaudir as medidas que venhamos a tomar. E nesse sentido a classe política unida ao povo conduzirá ao crescimento do país”.

Na presença de dezenas de parlamentares, Temer fez um gesto claro de aproximação do Congresso, ao dizer que o parlamento é o representante de todas as

correntes de pensamento do país, e não o Executivo, e que ambos precisam se ajudar e trabalhar de forma harmônica.

“Executivo e Legislativo precisam trabalhar em harmonia e de forma integrada, até porque no Congresso estão representadas todas as correntes de opinião da sociedade brasileira, lá estão todos os votos de todos os brasileiros”, defendeu.

INDIRETA

Ao fim de seu primeiro pronunciamento como presidente interino, Temer adotou tom mais duro ao se referir ao governo afastado, de forma indireta, e disse que não age como se fosse “dono do poder”.

No entanto, fez questão de destacar o “absoluto respeito institucional à senhora presidente Dilma Rousseff”: “Não discuto aqui as razões pelas quais ela foi afastada. Quero apenas sublinhar a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais”. (AG)



Em meio a ministros, Aécio vira “papagaio”

▄ Em meio ao tumulto que tomou o Palácio do Planalto para a cerimônia de posse do primeiro escalão do governo Temer, um “estranho no ninho” chamou a atenção: o senador Aécio Neves (PSDB).

Apesar de o tucanato ter dado apoio integral ao presidente em exercício, a presença de Aécio na cerimônia gerou especulações – sobretudo porque, por pelo menos três vezes, Michel Temer foi até o senador, abraçou-o e ficou com convérsas ao pé do ouvido.

O clima era de festa organizada de última hora. Havia claque como as de

torcidas de futebol gritando os nomes dos ministros empossados. Políticos do baixo clero circulavam atrás dos novos ministros, sugerindo indicações para cargos no governo.

Fotógrafos e cinegrafistas brigavam com a plateia, instalada à frente das câmeras. Surgiu um coro “Não vai ter foto”, para surpresa, mas rizada geral, dos convidados.

Deputados, sobretudo tucanos e democratas, que deixaram de frequentar os corredores do palácio presidencial há 14 anos, acertavam-se para fazer selfies e aparecer perto de Temer. (AG)

VALTER CAMPANATO/ABR



Aécio e Temer conversam durante posse dos ministros

TEMER NO PODER



Posse dos ministros
Michel Temer discursou num salão do Palácio do Planalto lotado de políticos e apoiadores. FOTO: Dida Sampaio/AE

Discurso feito sob medida para o mercado

Temer acenou com a necessidade de criar ambiente negocial e recuperar credibilidade

BRASÍLIA

Com discurso construído sob medida para tranquilizar o mercado e resgatar a confiança dos empresários e das famílias, o presidente em exercício Michel Temer (PMDB) disse ontem que sua prioridade é reverter a queda livre da economia.

Ele apontou como maiores objetivos a redução do desemprego, o aumento do rigor fiscal e o enxugamento do Estado por meio de parcerias com o setor privado.

O peemedebista garantiu que o Banco Central gozará de autonomia de fato para combater a inflação: “Eu quero, também, para tranquilizar o mercado, dizer que serão mantidas todas as garantias de que a direção do Banco Central hoje desfruta para fortalecer sua atuação como condutora da política monetária e fiscal”.

O presidente em exercício defendeu maior eficiência nos gastos públicos, disse que o Brasil precisa atingir o que ele chama de “democracia da eficiência” e que, apesar dos desafios do momento, é preciso parar de falar em crise e trabalhar.

“A partir de agora nós não podemos mais falar em crise. Trabalharemos.”

OS MINISTROS



“Temos que corrigir os gastos públicos, gerar empregos e fazer uma reforma da Previdência, se não, daqui a alguns dias, os aposentados não receberão mais”

ELISEU PADILHA
MINISTRO DA CASA CIVIL



“A necessidade de recuperação é imensa, vamos analisar a capacidade financeira. A ordem é privatizar tudo que for possível”

MAURÍCIO QUINTELLA
MIN. DOS TRANSPORTES

Em resposta à presidente afastada Dilma Rousseff (PT), que apontava o risco de Temer acabar com pro-

gramas sociais e retirar direitos dos trabalhadores, ele assegurou que manterá o Bolsa-Família, o Pronatec, o Fies, o Prouni e o Minha Casa Minha Vida. Acrescentou que os programas serão aprimorados.

“Reafirmo, e faço em letras garrafais: vamos manter os programas sociais. Precisamos acabar com o hábito que existe no Brasil em que, assumindo outrem no governo, você tem que destruir o que foi feito. Ao contrário, você tem que prestigiar aquilo que deu certo e fazer outros programas úteis”, acrescentou.

PAPEL DO ESTADO

O presidente em exercício defendeu mudanças no papel do Estado, afirmando que ele deve prover serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública, mas “não pode fazer tudo”.

Por isso, sublinhou Temer, é preciso estreitar parcerias com a iniciativa privada: “Sabemos que o Estado não pode tudo fazer. Depende da atuação dos setores produtivos: empregadores, de um lado, e trabalhadores de outro. Ao Estado compete cuidar da segurança, da saúde, da educação, ou seja, dos espaços e setores fundamentais, que não podem sair da órbita pública. O restante terá que ser compartilhado com a iniciativa privada, aqui entendida como a conjugação de ação entre trabalhadores e empregadores”. (AG)

Notificação



FLASH A assinatura

Michel Temer (PMDB) assina a notificação de posse como presidente em exercício encaminhada pelo Senado. FOTO: Marcos Corrêa/VPR

OPINIÃO DA GAZETA

Um bom começo

◊ O agora presidente Michel Temer transmitiu confiança e otimismo em seu primeiro discurso à nação. Demonstrou compromisso com o equilíbrio das contas públicas ao enxugar o ministério e propor reformas como a da Previdência. Prometeu manter os programas sociais e defendeu a independência da Lava Jato. O Brasil carecia

justamente de um direcionamento e de uma liderança que buscasse efetivamente o diálogo e a união de todos os Poderes e dos brasileiros em torno de um projeto para superar a crise. Os desafios são gigantes. Um belo discurso, claro, não é suficiente. Mas um plano de voo é um bom começo. Temer não pode errar. A sociedade estará vigilante.

Temer se reúne com equipe hoje

◊ O presidente da República em exercício, Michel Temer, vai reunir hoje sua equipe ministerial para uma primeira reunião. O encontro deve acontecer entre 9h e 10h, no Palácio do Planalto, segundo informações da assessoria da presidência. O novo ministro das Comunicações, Ciência e Tecnologia, Gilberto Kassab disse que será um encontro de trabalho.

ANÁLISE

“Não podemos alimentar ilusões”

◊ O presidente em exercício Michel Temer montou um ministério, ao contrário daquela bravata de notáveis, formado pela famosa troca de favores, que é a tradição do presidencialismo de coalizão. O presidente precisa ter apoio no Congresso e isso não permite um ministério de notáveis. Para se ter apoio no Con-

gresso, só distribuindo cargos aos partidos. Não se pode alimentar ilusões quanto ao novo governo. A crise econômica não vai se resolver somente com a troca de governo, até porque a crise não é apenas brasileira. A Europa também tem milhões de desempregados, a China já não cresce tanto e reduziu a demanda pelos

nossos produtos. E Temer tem dito que pretende fazer as reformas da Previdência e trabalhista, colocando o acordado entre empresas e sindicatos acima do que é legislado. E nisso vai encontrar resistências, certamente. Pelo menos do movimento sindical. Mas o fato é que as coisas não vão melhorar de uma hora para outra.

—
ANTONIO CARLOS MAZZEO
CIENTISTA POLÍTICO, UNESP

TEMER NO PODER

PERMISSÃO PARA AUMENTAR ROMBO FISCAL

Governo quer autorização para mudar meta deste ano



Meirelles disse que está preparado para enfrentar problemas

ALEXANDRE CAMPBELL/FORUM WORLD ECONOMIC

BRASÍLIA

Apesar do desafio de reequilibrar as finanças públicas, a equipe econômica do governo Michel Temer, comandada pelos ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Romero Jucá (Planejamento), vai apresentar uma emenda no Congresso para permitir que o rombo fiscal seja maior que o previsto.

O governo quer aprovar um abatimento maior da meta fiscal deste ano para acomodar perdas com a negociação da dívida dos Estados.

A medida, se aprovada pelo Congresso, abre caminho para que o rombo das contas públicas em 2016 seja superior a R\$ 96,65 bilhões. Se quiser evitar déficit maior, o novo governo será obrigado a fazer um esforço fiscal adicional. Logo após a posse do presidente em exercício Michel Temer, o ministro do

NO VERMELHO

R\$ 96,6

bilhões

É o déficit previsto para este ano nas contas públicas do governo.

Planejamento, Romero Jucá, admitiu que o déficit das contas públicas previsto para 2016 é superior a esse valor pelos cálculos de hoje.

Segundo Jucá, a estratégia fiscal do governo Temer será conseguir a aprovação de projeto de lei que altera a meta fiscal deste ano das contas do governo federal, de um superávit de R\$ 24 bilhões para um déficit de R\$ 96,6 bilhões. O projeto foi enviado pela equipe econômica da presidente afastada Dilma Rousseff.

Jucá disse que vai preparar emenda ao projeto permitindo o abatimento do impacto fiscal que for decorrente da negociação da dívida dos Estados. Não será quantificado na emenda o valor. “Será o que for a perda de arrecadação com a questão do acordo com os Estados”.

ESTADOS

Além do programa de socorro financeiro às administrações estaduais, o governo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a fórmula de recálculo da dívida dos Estados e municípios. Esses dois itens têm impacto negativo nas contas dos governos regionais porque abrem espaço para o aumento das despesas.

A estratégia do governo é aprovar o projeto da meta na semana que vem, para evitar a paralisação da máquina pública por con-

ta do risco de um novo contingenciamento do Orçamento deste ano.

O governo deve usar uma manobra regimental para levar a votação direto para o plenário, sem passar pela Comissão Mista de Orçamento.

A equipe do ex-ministro do Planejamento Nelson Barbosa já apresentou a Jucá as estimativas que fez para serem divulgadas no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, com novas projeções para a arrecadação, gastos e PIB. Caberá à nova equipe referendá-las ou não.

Ontem, Meirelles disse que está preparado para “enfrentar problemas”. O novo ministro da Fazenda convidou o especialista em contas públicas Mansueto Almeida para assumir a Secretaria do Tesouro Nacional.

Ministro do Trabalho defende terceirização

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse ser favorável à regulamentação da terceirização e que não vê problemas que o processo ocorra nas atividades das empresas, desde haja garantias para os trabalhadores.

Segundo ele, a terceirização já é um fato no país. Ele disse também que vai conversar com o presidente interino Michel Temer sobre a reforma trabalhista para negociar as medidas de modernização trabalhista com empregadores e trabalhadores.

“Precisamos ter um regramento para a terceirização que já existe no país. Faremos isso com amplo diálogo entre os atores envolvidos”, disse.

Já o ministro do Planeja-

mento, Romero Jucá, afirmou ontem que aumento de impostos devem ser discutidos, mas somente “no futuro”. Ele afirmou, porém, que apesar da dificuldade fiscal, aumentos de impostos não estão na pauta num primeiro momento.

Jucá disse que o governo ainda não tem fechada uma proposta de reforma da Previdência, mas que será um assunto prioritário. Outras prioridades são aprovar logo o projeto de desvinculação de receitas da União (DRU) e de estados e municípios (DRE), já no Congresso. O ministro disse que o governo discute uma política de fortalecimento das empresas estatais e das agências reguladoras.

ANÁLISE

Novo governo quer dar o exemplo

O ajuste fiscal é fundamental para a reorganização das finanças públicas. Já passou da hora de reduzir o tamanho do Estado, e o anúncio de Temer sinaliza um esforço grande que está sendo feito para, primeiro, dar o exemplo, para depois poder pedir algum esforço da população com relação a algum aperto que for necessário dar. Tanto o aperto tributário quanto a reforma

trabalhista ou previdenciária. Qualquer reforma só sai – com o grau de mobilização que a população brasileira adquiriu – se o governo estiver dando exemplo e fazendo a sua parte. As reformas são de longo prazo e a população tem que participar do debate. Essas mudanças vão gerar um ambiente econômico mais confiável. Nesse contexto, entram as parcerias público-privadas nas obras



de infraestrutura, que são necessárias para o Brasil destravar outros investimentos e ganhar competitividade. É o que o Brasil precisa para sair da inércia.

—
MARCELO LOYOLA
ECONOMISTA E COORDENADOR GERAL
DA FACULDADE PIO XII

ANÁLISE

Reformas vão beneficiar o país

As questões colocadas soam como música para “os ouvidos” do mercado. De fato, o Brasil necessita de mudanças e muitas delas foram citadas no discurso de Temer. Uma vez acontecendo essas mudanças, o país vai se beneficiar, principalmente no longo prazo. Agora o desafio vai ser grande para implementá-las, porque muitas das reformas precisam do apoio no Congresso. O próprio

processo do impeachment teve uma maioria consistente no Senado e na Câmara, o que demonstra força do governo Temer. Mas ele precisa priorizar. O maior rombo do país hoje, sem dúvida, vem da Previdência. Então, a reforma previdenciária deve ser a primeira, com estabelecimento de idade mínima para estancar um pouco a sangria das contas públicas. As demais reformas para eficiência



do país são a trabalhista, deixar o mercado de trabalho mais flexível, e a reforma tributária, dada a complexidade que há no país. Os sinais foram positivos, agora vamos esperar a execução.

—
RENAN LIMA
SÓCIO ALPHAMAR INVESTIMENTOS

TEMER NO PODER


 miriamleitao@oglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



O temor continua sendo o de que o presidente Michel Temer queira pôr os bancos públicos na roda de distribuição de cargos para os políticos

Primeiras emergências

O dramático dia 12 de maio, em que o Brasil amanheceu com um presidente e terminou com outro, ficará na história como o fim do período de 13 anos do PT no poder. O presidente interino, Michel Temer, assumiu com todos os seus homens e o ônus de enfrentar uma crise sem paralelo na história do país. A primeira pergunta que não se consegue responder: qual é o rombo nas contas públicas?

O processo continuará no Senado, sob o comando do STF, mas os integrantes do governo Dilma já não têm esperanças de que ela volte. Por isso, o cenário mais provável é que a presidente Dilma - que saiu ontem falando em traição e injustiça - encerrou ontem seus dias no Planalto, onde foi poderosa ministra e depois presidente por dez anos.

O ministro Henrique Meirelles terá sob seu controle duas grandes máquinas, a da Fazenda e a da Previdência. Para se ter uma ideia do que a Fazenda terá que digerir, o INSS tem 43 mil funcionários e paga mais de 30 milhões de benefícios.

Juntando a Previdência pública e a dos trabalhadores do setor privado, segundo a conta que era feita pelo novo ministro Romero Jucá, o buraco chega a R\$ 200 bilhões. Meirelles tem que procurar soluções para uma economia que está encalhando 8% em dois anos, com inflação acima do teto, enorme déficit público, e ainda conduzir a reforma da Previdência.

Romero Jucá, novo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, disse que tem uma lista de 80 emergências para o governo olhar. Uma dessas é a nova meta fiscal para este ano. O governo Dilma havia proposto uma alteração da meta, de superávit para um rombo de R\$ 96 bilhões. O problema é que ninguém sabe qual é a real situação das contas públicas brasileiras. E por isso Jucá usou a expressão forte que publiquei no blog. “Não há fundo do poço. Há areia movediça”.

Uma das ideias no governo para o seu saneamento financeiro é receber de volta uma parte do dinheiro que emprestou ao BNDES. O governo Lula e Dilma transferiram para o banco 9% do PIB, ou R\$ 500 bilhões. O problema é que o banco não tem como reduzir essa dívida e o valor total da carteira do BNDESPar não chega a R\$ 75 bilhões segundo cálculos

preliminares feitos na nova equipe. De qualquer maneira, esse assunto permanece em análise. O BNDES está ligado ao Ministério do Planejamento.

Uma das mudanças que podem ocorrer nas relações internacionais é a proposta de que o Mercosul deixe de ser uma união aduaneira e passe a ser uma zona de livre comércio. A vantagem é dar ao Brasil mais liberdade para negociar acordos bilaterais com outros países. Hoje, o país só pode negociar se o Mercosul estiver de acordo. Há resistência a essa ideia no Itamaraty.

O economista Ilan Goldfajn para o Banco Central foi excelente escolha. Ele tem o respeito do mercado e da academia. É considerado bom economista, já experimentado no BC, especialista em política monetária, metas de inflação, dívida pública. Tudo o que se precisa neste momento. Outra escolha feliz da nova equipe é o economista Mansueto Almeida, especialista em finanças públicas, para a Secretaria do Tesouro.

O temor continua sendo o de que o presidente Michel Temer queira pôr os bancos públicos na roda de distribuição de cargos para os políticos. O problema que levou ao afastamento da presidente Dilma foi exatamente o uso político dos

bancos públicos. É preciso proteger as instituições financeiras com uma direção técnica e profissional. Até porque é preciso saber, principalmente em relação à Caixa, qual é a real situação do seu balanço financeiro.

O governo Dilma ficará na história estatística do país como o período presidencial com menor crescimento econômico. Nos cinco anos, média de 1%. Se ela saísse no fim do ano, em vez de agora, sua taxa pioraria. Poderia ser apenas de 0,26% ao ano, entre 2011 e 2016.

O governo Temer começou com a forte marca conservadora pela opção de ter apenas homens e por certas escolhas. O novo ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, protagonizou em São Paulo uma série de controvérsias, entre elas a de tentar esconder estatísticas de criminalidade. O novo ministro da Agricultura, Blairo Maggi, é relator de um projeto de lei para acabar com o licenciamento ambiental. Mas o Brasil é sempre surpreendente: Kátia Abreu, com toda a fama de antidireitos sociais, terminou saindo abraçada ao PT.

—
Com Alvaro Gribel (De São Paulo)
oglobo.com.br/economia/miriamleitao

TEMER NO PODER

GOVERNO CRIA PROGRAMA PARA ACELERAR OBRAS

Primeira medida assinada por Temer colocou fim ao PAC



VITOR JUBINI/ARQUIVO

BR 262: obra de duplicação da rodovia estava prevista no PAC do governo Dilma, antes de programa ser extinto

BRASÍLIA

« O primeiro ato do presidente em exercício Michel Temer foi assinar uma medida provisória que cria um Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que vai cuidar da execução de projetos da área de infraestrutura considerados prioritários para o país.

A MP cria também um conselho para este programa, que será presidido por Temer com representantes dos ministros da área econômica, dos Transportes, Casa Civil, Meio Ambiente e BNDES. A proposta cria também uma Secretaria Executiva, que será comandada por Moreira Franco,

RETOMADA

“As parcerias com o setor privado são hoje o meio fundamental para a retomada do crescimento e a geração de empregos”

MOREIRA FRANCO
PRES. SECRETARIA EXECUTIVA DO PPI

um dos principais auxiliares do presidente em exercício.

A Empresa de Planejamento e Logística (EPL), ligada ao Ministério dos Transportes, vai migrar para a nova secretaria, e vai au-

xiliar na elaboração dos projetos de infraestrutura, que deverão ser padronizados.

Além da Secretaria-executiva, o novo programa contará com áreas específicas que vão cuidar da parte operacional do planejamento, com metas, investimentos de longo prazo e da regulação e transparência. Neste caso, o objetivo é ampliar o diálogo com o setor privado, revisar e unificar os marcos regulatórios.

“As parcerias com o setor privado são hoje o meio fundamental para a retomada do crescimento da economia e geração de empregos. Temos apenas dois anos, por isso um dia terá que valer por

dois”, destacou Moreira.

Os programas mais importantes da gestão do PT, como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa de Investimento em Logística (PIL), deixarão de existir. Segundo Moreira Franco, todos os projetos com possibilidades de parceria com o setor privado farão parte do novo projeto, exceto aqueles que dependem exclusivamente da União diante da falta de recursos para investir. “PAC, PIL, tudo é sigla. O nosso objetivo não é fazer marketing, mas fazer os investimentos necessários para fazer a economia crescer e gerar empregos”, disse Moreira.

Investimentos prometidos por Temer para o Estado ainda não se concretizaram

« Se depender das promessas que já fez no passado quanto a obras emperradas no Espírito Santo e não cumpriu, o agora presidente em exercício Michel Temer (PMDB) não deverá dar o impulso necessário para que elas avancem e sejam entregues com mais rapidez ao povo capixaba.

Em entrevista ao jornalista da TV Gazeta, Mario

Bonella, no dia 28 de outubro de 2013, o então vice-presidente prometeu que a conclusão das obras de duplicação da BR 262 e a ampliação do Aeroporto de Vitória seriam concluídas. Temer esteve no Estado para participar do Encontro de Lideranças promovido pela Rede Gazeta.

Anunciada desde 2008, as obras da rodovia ainda aguardam leilão para sua

concessão, previsto para este ano, caso o novo governo não mude os planos.

“O governo federal tem compromisso não só com a BR 262, mas com toda infraestrutura viária do país. Haverá, para 2014, uma aplicação enorme de recursos não só em rodovias, como em ferrovias, portos e aeroportos. São bilhões que serão aplicados e a BR 262 está entre

esses projetos. O fato de estar no PAC é uma garantia que será entregue dentro do prazo, não tenho dúvida que isso ocorrerá”, disse Temer na ocasião.

“No caso do aeroporto, é muito possível que no mês de dezembro (2013) seja solucionada a questão no Tribunal de Contas que paralisou um pouco as obras e saia a ordem de serviço para conclusão do projeto, que é uma velha aspiração do Espírito Santo”, prometia. As obras, porém, reiniciaram apenas em junho de 2015.

PROPOSTAS ANUNCIADAS



benefícios sociais, aposentadorias e pensões do aumento do salário mínimo.

▼ Reforma da Previdência

Adotar idade mínima para a aposentadoria aos 65 anos, sem distinção entre homens e mulheres.



▼ Ministérios

Temer cortou dez ministérios para compor o time de 1º escalão de seu governo. Ao todo, serão 22 pastas.



▼ Reforma trabalhista

Permitir que acordos firmados entre empresas e sindicatos prevaleçam sobre a lei trabalhista.



▼ FGTS

Rever programas habitacionais do FGTS, que hoje repassam recursos a fundo perdido para o Minha Casa Minha Vida.



▼ Privatização

Privatizar tudo o que for possível e acelerar o programa de concessões à iniciativa privada na área de infraestrutura.



▼ Câmbio

Adotar a livre flutuação com intervenções apenas pontuais.



▼ Carga tributária

Simplificar os impostos com a racionalização do sistema tributário.



▼ Gastos públicos

Fixar um teto para o crescimento dos gastos públicos.



▼ Banco Central

Lutar pela independência formal.



▼ Salário mínimo

Desvincular o reajuste de



▼ Abertura comercial

Reduzir unilateralmente tarifas e firmar mais tratados internacionais.

TEMER NO PODER

À ESPERA DE SAÍDAS PARA OS GARGALOS

Especialistas avaliam que novo governo não vai destravar obras do Estado no curto prazo

BEATRIZ SEIXAS
KLEBER AMORIM
LUIZA TORRE

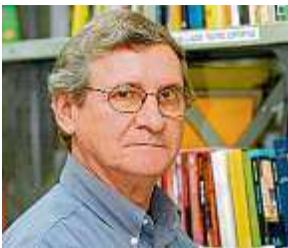
Há décadas o Espírito Santo espera o governo federal transformar e melhorar a infraestrutura capixaba, mas também há décadas a população vê projetos ligados à logística não passarem de promessas.

Obras estruturantes e essenciais para ajudar o desenvolvimento do Estado e do país, como a duplicação da BR 262, a ampliação do Aeroporto de Vitória, a construção da ferrovia EF-118 e a conclusão da dragagem do Porto de Vitória estão no rol dos empreendimentos que fazem parte da chamada “agenda velha” e do que muitos políticos locais e setores da economia veem como dívida histórica da União com o Espírito Santo.

A grande questão é se, a partir do governo Temer, que é inclusive do mesmo partido do governador Paulo Hartung (PMDB), as relações entre Espírito Santo e União vão se estreitar e ajudar a destravar investimentos que melhorem a infraestrutura e, consequentemente, garantam mais competitividade ao Estado.

Para o economista Orlando Caliman, o novo governo definiu como prioridade o ajuste fiscal – e ajuste fiscal limita o orçamento público, avalia. “Ou seja, financiamento público para obras, principalmente de

ESTRATÉGIA



“O governo está sinalizando fortemente, e faz parte da estratégia de retomada do crescimento a questão das concessões diretas e parcerias público-privadas”

ORLANDO CALIMAN
ECONOMISTA

infraestrutura, praticamente não tem como contar com recursos no médio prazo”.

Segundo ele, o governo sinaliza para que a iniciativa privada se ocupe de obras estruturantes. “O governo deve agilizar e dar mais segurança a concessões e parcerias público-privadas. O máximo que pode acontecer é o governo abrir financiamento via BNDES”.

Este ano, no entanto, o governo deve se ocupar de “arrumar a casa”, analisa Caliman. “A primeira coisa que esse governo vai ter que fazer é no âmbito do retorno da confiança. Ele precisa resgatar a sua credibilidade,

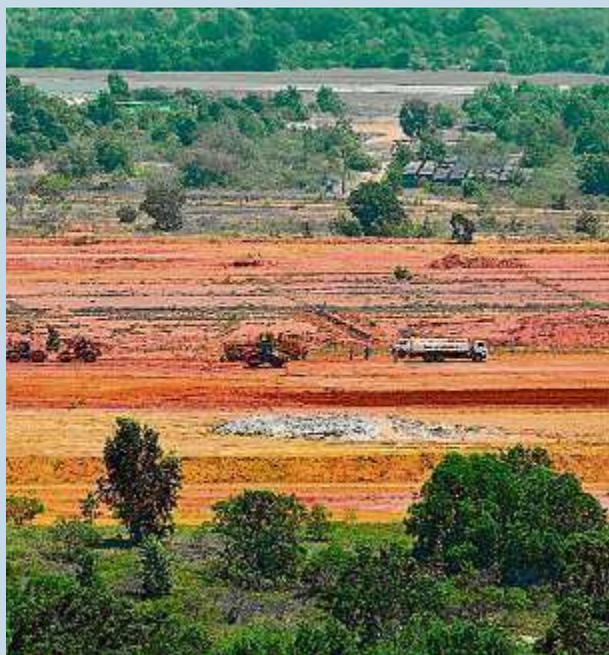
de, o ambiente de negócios que tem que melhorar.”

O professor da FGV e sócio da Go Associados, Gesner Oliveira, reforça a prioridade que Temer deve dar à infraestrutura. “A linha do anúncio é de que o governo pretende melhorar a qualidade dos serviços ligados à infraestrutura e, para isso, pretende atrair capital privado”, afirma, ao citar o potencial que empreendimentos nessa área têm de gerar 4 milhões de empregos e R\$ 70 bilhões em negócios.

Voltando à realidade do Estado, o presidente do Espírito Santo em Ação, Wagner Chieppe, diz que um novo governo acende as expectativas para a realização dos projetos. “Isso acontece quando tomamos um rumo novo, mas também não podemos ser sonhadores. Temos que encarar os desafios e ver se a União vai voltar a financiar os empreendimentos a juros possíveis.”

No campo político, o professor da Ufes, Francisco Albernaz, não acredita que o Estado terá privilégios devido à proximidade partidária de políticos locais com o presidente. “Ele disse que vai usar a racionalidade econômica, por isso é difícil afirmar que ligações políticas possam determinar prioridade no processo de distribuição dos investimentos. Ele pode estabelecer outros critérios, como regiões e Estados mais necessitados.”

OS ENTRAVES



Mais de 10 anos de espera

A expansão do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles é um impasse que já dura mais de 10 anos. Em 2005, o então presidente Lula havia prometido a conclusão do novo terminal em 2007, o que não aconteceu por conta de atrasos. Denúncias de superfaturamento fizeram as obras serem paralisadas pelo Tribunal de Contas da União. As obras foram reiniciadas em junho de 2015.

FERROVIA EF-118

▼ Demora

Há anos, o Planalto promete soltar o edital para a construção de uma malha férrea entre Vitória e o Rio de Janeiro, que ligaria a malha portuária capixaba ao interior do país. A expectativa era de que isso ocorresse em 2014. Depois a previsão passou a ser 2015 e, novamente, 2016. Agora a previsão é lançar o edital até o final deste ano. No ano passado, a União chegou a apresentar um plano de concessões que incluía a ferrovia.

PORTOS

▼ Promessas

Há quase duas décadas, existe a promessa da dragagem do Porto de Vitória. Nesse período, as

obras já foram consideradas irregulares ao menos duas vezes pelo TCU; a dragagem chegou a ser feita, mas não atingiu a profundidade necessária; e desde 2012, ano a ano, o governo federal promete tocar as obras, mas nada sai do papel. O último anúncio foi feito pelo então ministro Helder Barbalho, em novembro de 2015, quando prometeu entregar as obras em outubro de 2016. Ontem, a Codesa confirmou a retomada da dragagem em junho, com mesmo prazo de conclusão.

▼ Cargas gerais

Além disso, o Estado carece de um porto de águas profundas para cargas gerais. Especialistas dizem que o Porto de Vitória não tem calado e nem espaço

para manobra dos novos navios, cada vez maiores.

BR 262

▼ Tentativas

Em 2008, Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil, assegurou que o governo federal teria recursos do PAC para a duplicação da BR 262, no trecho entre Viana e Victor Hugo. Em 2012, a BR 262 fez parte do Pacote de Investimentos Logísticos (PIL), mas ficou sem interessados no leilão de concessão de 2013. Em 2015, o governo lançou uma nova fase do PIL, que foi polêmica ao não incluir o trecho capixaba. Depois, a União voltou atrás e até a mudança de governo, a previsão era de que neste ano haveria leilão.

O QUE ELES DIZEM

VELOCIDADE



“Por conta da crise política, o país ficou um bom tempo sem discutir infraestrutura. É hora de voltarmos com o tema e levantarmos as prioridades, como a BR 262, a EF-118 e o aeroporto. Acredito que o novo governo dará velocidade às concessões nesses setores.”

WAGNER CHIEPPE,
PRESIDENTE DO ES EM AÇÃO

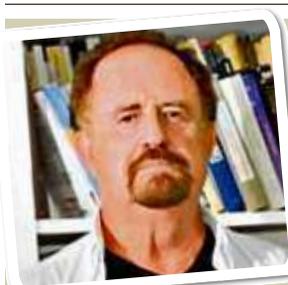
PRIORIDADE



“Pela primeira vez desde 2003 há um sinal de que o governo vai dar prioridade para infraestrutura. Para isso, é importante que sejam criados mecanismos de financiamento, que haja qualidade dos projetos, estabilidade das regras e o funcionamento das agências reguladoras.”

GESNER OLIVEIRA,
PROFESSOR DA FGV

RETOMADA



“Acredito que em curto prazo esse cenário não muda, mas a médio prazo será retomado o investimento em infraestrutura. É difícil afirmar que a proximidade com o governador possa determinar prioridade na distribuição dos investimentos”

FRANCISCO ALBERNAZ,
CIENTISTA POLÍTICO

TEMER NO PODER

OS HOMENS DO PRESIDENTE

23

MINISTÉRIOS

O governo Temer terá 23 ministérios - seriam 22, mas com a recriação da pasta de Segurança Institucional o número aumentou. No governo Dilma eram 32.

NOMES

Entre os nomes anunciados, a maioria foi indicada por partidos. Muitos já foram ministros dos governos FHC, Lula ou Dilma. Há também citados na Operação Lava Jato.



<p>PSD</p>  <p>▼ Henrique Meirelles</p> <p>FAZENDA Ex-presidente do Banco Central. Escolha pessoal de Temer e "estrela" do novo ministério.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Romero Jucá</p> <p>PLANEJAMENTO Senador, presidente em exercício do PMDB e investigado na Lava Jato. Escolha pessoal de Temer.</p>	<p>PRB</p>  <p>▼ Marcos Pereira</p> <p>DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO Pastor licenciado da Universal e advogado. Foi cotado para a Ciência e Tecnologia.</p>	<p>PSDB</p>  <p>▼ José Serra</p> <p>RELAÇÕES EXTERIORES (INCLUI COMÉRCIO EXTERIOR) Senador e ex-ministro da Saúde e do Planejamento no governo FHC.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Eliseu Padilha</p> <p>CASA CIVIL Ex-ministro dos governos FHC (Transportes) e Dilma Rousseff (Aviação Civil). Amigo de Temer.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Geddel Vieira Lima</p> <p>SECRETARIA DE GOVERNO Ex-ministro da Integração Nacional de Lula. Citado na Lava Jato. Foi uma escolha pessoal de Temer.</p>
 <p>▼ Sérgio Etchegoyen</p> <p>SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (INCLUI ABIN) É general do Exército. Atual chefe do Estado Maior.</p>	<p>DEM</p>  <p>▼ Mendonça Filho</p> <p>EDUCAÇÃO E CULTURA Deputado federal. Foi o autor da PEC que permitiu a reeleição a partir de 1998. Foi indicado pelo DEM.</p>	<p>PP</p>  <p>▼ Ricardo Barros</p> <p>SAÚDE Deputado federal, chegou a propor um corte no Bolsa-Família, o que não foi aprovado. Indicado pelo PP.</p>	<p>PSDB</p>  <p>▼ Alexandre de Moraes</p> <p>JUSTIÇA E CIDADANIA Era secretário de Justiça do governo Geraldo Alckmin (SP). Advogado, já atuou na defesa de Eduardo Cunha.</p>	<p>PP</p>  <p>▼ Blairo Maggi</p> <p>AGRICULTURA Conhecido como "rei da soja", é senador. Na última quarta-feira saiu do PR e se filiou ao PP.</p>	<p>PTB</p>  <p>▼ Ronaldo Nogueira</p> <p>TRABALHO Deputado federal. Foi indicado pela bancada do PTB na Câmara dos Deputados.</p>
<p>PMDB</p>  <p>▼ Osmar Terra</p> <p>DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO Deputado federal. Foi uma indicação da bancada do PMDB.</p>	<p>PV</p>  <p>▼ Sarney Filho</p> <p>MEIO AMBIENTE Deputado federal. Filho do ex-presidente José Sarney (PMDB), foi indicado pelo pai para a pasta.</p>	<p>PSDB</p>  <p>▼ Bruno Araújo</p> <p>CIDADES Deputado federal, era o líder da oposição e do PSDB na Câmara. Foi indicado pelo partido.</p>	<p>PSD</p>  <p>▼ Gilberto Kassab</p> <p>CIÊNCIA E TECNOLOGIA E COMUNICAÇÕES Até recentemente, era ministro das Cidades do governo Dilma.</p>	<p>PR</p>  <p>▼ Maurício Quintella</p> <p>TRANSPORTES (ENGLIBA PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL) Deputado federal. Foi condenado por desvio de merenda em Alagoas.</p>	 <p>▼ Fabiano Silveira</p> <p>FISCALIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE (EX-CGU) Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).</p>
<p>PPS</p>  <p>▼ Raul Jungmann</p> <p>DEFESA Deputado federal e ex-ministro de FHC. Já chefiou também o Inbra e o Ibama.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Henrique Alves</p> <p>TURISMO Deputado federal. Era ministro do Turismo de Dilma. É alvo de pedido de abertura de inquérito na Lava Jato.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Leonardo Picciani</p> <p>ESPORTE Deputado federal, liderava a bancada do PMDB na Câmara e votou contra o impeachment.</p>	<p>PSB</p>  <p>▼ Fernando Coelho Filho</p> <p>MINAS E ENERGIA Deputado federal. Era líder do PSB na Câmara. Foi indicado pela bancada do partido.</p>	<p>PMDB</p>  <p>▼ Helder Barbalho</p> <p>INTEGRAÇÃO NACIONAL Era ministro da Secretaria de Portos de Dilma. É filho do ex-governador do Pará Jader Barbalho.</p>	 <p>▼ Fabio Medina</p> <p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) * Advogado, professor e ex-promotor de Justiça do Rio Grande do Sul.</p>

*PERDEU O STATUS DE MINISTÉRIO

TEMER NO PODER

SÓ TROCA DE PRESIDENTE NÃO RESOLVERÁ A CRISE

Senadores capixabas pedem união e admitem dias difíceis

▄ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redegazeta.com.br

A chegada de Michel Temer (PMDB-SP) ao poder federal não significa garantia imediata de fim de crise, nem certeza de que os graves problemas do Brasil logo estarão resolvidos. Diante das limitações da recessão econômica, os senadores capixabas Ricardo Ferraço (PMDB) e Magno Malta (PR) admitem que não surtirão efeito, em curto prazo, as primeiras medidas do novo governo para recuperar o crescimento, as contas públicas e a confiança dos investidores.

Adversários da presidente afastada Dilma Rousseff (PT), os parlamentares preveem que o desemprego prosseguirá alto e que o Executivo federal não terá espaço fiscal para investir. No entanto, ambos avaliam que a saída de Dilma, por si só, já representa a recuperação de credibilidade do país e da confiança dos investidores nacionais e internacionais.

“O problema do Brasil é a falta de credibilidade, a falta de confiança do mercado criada por Dilma. A partir de agora, nós temos que pregar para os brasileiros paciência. Neste momento, cabe a união de todos, inclusive no Parlamento. É o que penso e como quero agir”, salienta Magno Malta.

Assim como boa parte do Congresso, os capixabas dão um voto de confiança a Temer, que efetivamente assumiu ontem o comando do país. É uma espécie de “lua de mel” com o mandatário empossado, uma tradição na política. Magno e Ferraço, porém, dizem que não farão parte da tropa de choque do novo governo.

“Vamos ter pela frente muito trabalho para reconciliar o governo com a sociedade. O caminho é a construção de um governo que possa ser ao mesmo tempo decente e eficiente”, reitera o tucano, ressaltando a promessa de Temer de não frear a Operação Lava Jato. Ainda con-

COMO VOTOU CADA SENADOR



LAVA JATO

“O fortalecimento das investigações da Operação Lava Jato é o mais importante dos compromissos assumidos por Temer”

RICARDO FERRAÇO (PSDB) SENADOR

UNIÃO NACIONAL

“Agora, nós temos que pregar aos brasileiros paciência. Cabe a união de todos neste momento, inclusive no Parlamento”

MAGNO MALTA (PR) SENADOR

forme Ferraço, o presidente deve priorizar concessões de infraestrutura para cobrir a falta de dinheiro em caixa para investir.

Aliado de Dilma até o último momento, o PR de Magno prossegue controlando o rico ministério dos Transportes com Temer, mas Magno se afastou das decisões de cúpula. “Sou apartado do partido, mas o PR continua com os Transportes. O ministro (Antônio Carlos Rodrigues) era ligado ao PT de São Paulo, e o Temer não quis ele não! O novo é um deputado de Alagoas (Maurício Quintella), nem sei o nome dele”, ignora.

O republicano ainda prevê vida curta aos protestos de rua convocados pelo PT. “Na véspera da votação do impeachment no Senado, pessoas ligadas ao PT queimaram pneu no país inteiro e mostraram quem são! Então, o Brasil certamente vai entender isso, e eles não vão aguentar atear fogo por mais seis meses, um ano”.

A senadora Rose de Freitas (PMDB) está em São Paulo para tratamento médico, após sofrer um princípio de Acidente Vascular Cerebral (AVC).

VOZES DA
BANCADA
CAPIXABA

“Temer tem que olhar um pouco diferente para o Espírito Santo. Nossos três senadores e 80% dos deputados votaram com ele”

CARLOS MANATO (SDD)



“Não tem namoro, ele não terá aqueles 100 dias de trégua. Além disso, ele carrega a marca de ter sido um aliado do governo de Dilma”

EVAIR MELO (PV)



“Não é um governo representativo, ele é retrógrado, ao entregar o país para políticos do mesmo perfil que acreditamos ter ficado no passado”

GIVALDO VIEIRA (PT)



“Faremos oposição ao governo e não ao país. Não defenderemos o que ele apresentou na Ponte para o Futuro”

HELDER SALOMÃO (PT)

BANCADA ESPERA MAIS ATENÇÃO DO NOVO GOVERNO

Identificação partidária de Temer com Hartung é bem vista por parlamentares

▀ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Pelo menos durante os últimos cinco anos e meio de governo Dilma Rousseff (PT), prevaleceu a sensação de que o Espírito Santo foi alimentado por certo desprezo do governo federal. Agora, com a gestão do interino Michel Temer (PMDB), parte da bancada capixaba vislumbra a possibilidade do Estado crescer na lista de consideração do Planalto.

Entre as possíveis causas do abandono, as duas votações pouco expressivas concedidas a Dilma pelos capixabas. E entre as consequências da relação fria, a carência de investimentos estruturantes fundamentais, como aeroporto, portos, rodovias federais e ferrovias.

Obviamente, não compartilham da sensação os dois petistas da bancada, Helder Salomão e Givaldo Vieira. Ambos consideram a troca de governo um golpe.

VISITA

Temer é do partido de Paulo Hartung, governador visitado por ele no auge da crise que resultou no desembarque da legenda do governo Dilma.

Presidente do PMDB local, o deputado Lelo Coimbra conta que esteve em almoço com Temer e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, terça-feira, e saiu convencido de que ocorrerá



Plenário da Câmara dos Deputados, onde processo de impedimento teve início

um azeiteamento na relação entre Estado e União.

“Ele elogiou o governo Hartung e a Vescovi (Ana Paula, secretária da Fazenda). Ele disse que vinha ouvindo falar muito bem dela. Eu disse que precisamos dela lá, que ele não tire ela. Isso mostra que há um respeito. Temos grandes oportunidades de reinserir o Estado no conjunto do governo e colocarmos uma agenda com mais precisão”, disse.

Carlos Manato (SDD) acredita que pesarão favoravelmente ao Estado os dados pela bancada a favor do impeachment, na Câmara e

Líderes querem tirar Maranhão

▀ Marcus Vicente (PP) destaca que o novo governo precisará aprovar matérias importantes no Congresso. Por isso, segundo ele, a prioridade dos líderes partidários é a retirada de Waldir Maranhão (PP-MA) da presidência da Câmara. Para que ocorram novas eleições, ele e o presidente afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) teriam de renunciar.

no Senado. Os três senadores votaram pelo afastamento, da mesma forma que oito dos dez deputados. “Ele têm que olhar um pouco diferente para nós. Demonstramos que estamos com ele”, disse.

Para Jorge Silva (PHS), não é possível esperar muito, no primeiro momento, de um governo que tem bombas a desarmar na economia. “É tempo de vacas magras, não só para o Espírito Santo, mas para todos os Estados. Mas teremos tempos melhores para o Estado, até pela relação do próprio PMDB com o Estado”, frisa.

VOZES DA
BANCADA
CAPIXABA

“O Estado ficará mais fortalecido. Vamos avançar na relação com o governo porque contribuimos muito para a balança comercial”

MARCUS VICENTE (PP)



“É um governo de transição. Não é um governo dos nossos sonhos. Mas é um dever patriótico torcer para o seu sucesso e contribuir”

MAX FILHO (PSDB)



“Temer irá contar com uma base já mobilizada, mas que pode se desfazer muito rápido se ele não corresponder o apoio”

PAULO FOLETTO (PSB)



“O PT na oposição é muito forte e a bancada deles não é pequena. Temer terá que mostrar para sociedade o que é preciso ser feito”

SÉRGIO VIDIGAL (PDT)



“Nesse começo, não vejo perspectivas. Não dá para sonhar com muita coisa do ponto de vista de repasse para todos os Estados”

JORGE SILVA (PHS)



“Temos grandes oportunidades de reinserir o novo ambiente do Estado no conjunto do governo e colocarmos agenda com mais precisão”

LELO COIMBRA (PMDB)

TEMER NO PODER

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



Ter tido 55 votos já de saída para admissibilidade do impeachment indica que a tarefa pode ser mais fácil do que se supunha

O número mágico

A preocupação explicitada pelo presidente Michel Temer ontem, na sua primeira manifestação pública depois de investido no cargo, foi com os parlamentares, não sem razão. A curto prazo, ele precisará de apoio congressional para desmontar bombas deixadas pelo caminho pela administração afastada; aprovar medidas imediatas, como a mudança da meta fiscal ou a DRU; e também as reformas delicadas que pretende encaminhar para discussão.

Mas, a médio prazo, ele tem outra preocupação, garantir a manutenção dos votos necessários para a retirada definitiva da presidente afastada Dilma Rousseff de seu caminho. Ter tido 55 votos já de saída para a admissibilidade do impeachment indica que a tarefa pode ser mais fácil do que se supunha, pois pelas contas oficiais são necessários pelo menos 54 votos para o afastamento definitivo de Dilma.

Mas, curiosamente, a tarefa pode ser mais fácil ainda, pois, segundo o jurista José Paulo Cavalcanti, ex-ministro da Justiça do governo Sarney e membro da Comissão da Verdade, a interpretação do parágrafo único do artigo 52 da Constituição, que trata do assunto, está sendo feita de maneira equivocada. Diz lá que a condenação “será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal”.

Contam 2/3 do total de 81 senadores e chegam 54 votos, ironiza José Paulo Cavalcanti, para em seguida explicar “que não é bem assim”. Quóruns constitucionais, diz ele, podem ser calculados relativamente ao número de componentes do colégio eleitoral, ou ao número de presentes.

No primeiro caso, ele cita a Itália, que no artigo 138 da sua Constituição pede aprovação “pela maioria absoluta dos componentes de cada Câmara”. No caso de número de presentes, ele cita os Estados Unidos, cujo artigo V da Constituição exige para proposição de emendas dois terços dos presentes de cada Casa do Congresso, e não dois terços da totalidade dos seus membros.

José Paulo Cavalcanti diz que o pro-

blema central para a correta interpretação do artigo 52 da nossa Constituição é entender que ele não pede votos de dois terços dos membros do Senado Federal, e, sim, dois terços dos votos dos membros do Senado.

Não é a mesma coisa, explica. “Voto não é o abstrato poder-dever de votar, mas o concreto exercício desse poder-dever”, ressalta. A Constituição não pede, portanto, votos de dois terços dos senadores, mas dois terços dos votos pronunciados pelos senadores. Sendo assim, o número mágico para afastar definitivamente Dilma no seu julgamento no Senado seria 54 votos apenas se todos os 81 senadores votarem. Sem ausências, nem abstenções.

No caso da votação de quarta, houve 3 ausências e 1 abstenção, a do presidente do Senado, Renan Calheiros. Com 77 votantes, o número mágico passaria a ser 51 votos, e não 54. No máximo 52, pois a conta é quebrada. A situação melhora ainda para Temer, pois o suplente do senador cassado Delcídio do Amaral deve votar pelo impeachment, apesar de seu vínculo familiar com o pecuarista José Carlos Bumlai, ami-

go de Lula: uma filha de Pedro Chaves dos Santos é casada com um dos filhos do pecuarista.

Também o senador Jader Barbalho, que não compareceu por motivo de doença, se puder comparecerá na votação final para apoiar Temer, que colocou seu filho Helder no Ministério da Integração Nacional. E outro faltante, o senador Eduardo Braga, deve estar magoado, pois, embora fosse o candidato de Renan Calheiros, não entrou no Ministério, talvez porque não tenha convencido de que tinha justa causa para faltar.

José Paulo Cavalcanti destaca que o sistema exposto no texto é precisamente o do Direito Eleitoral brasileiro. Ele lembra que, no último segundo turno, Dilma foi eleita não por ter maioria entre os brasileiros, nem mesmo entre os eleitores. Contando os votos dados, ela teve maioria, sem considerar quem não tem título de eleitor, nem as abstenções, nem em branco e nulos. Dilma teve 54.501.111 votos (51,54% dos votos válidos) de um total de 112.683.879 votos apurados, descontando-se 1.921.819 votos em branco; 5.219.787 votos nulos; e 30.137.479 abstenções.

OS ERROS DE DILMA E OS CAMINHOS PARA TEMER

Presidente em exercício tem que vencer desafios, se for capaz

▄ PATRIK CAMPOREZ
pmacao@redgazeta.com.br

Em seu discurso dirigido à população antes de Michel Temer (PMDB) assumir interinamente a Presidência da República, Dilma Rousseff (PT) enfatizou que não cometeu crimes e que está sofrendo injustiça, porém admitiu que “pode” ter cometido erros. A oposição e até mesmo fiéis apoiadores governo, entretanto, concordam que esses erros são amplos e variados, tanto no plano político como no âmbito econômico.

Tanto que o Brasil perdeu a confiança dos investidores, entrou em uma profunda recessão econômica e, com as descobertas da Lava Jato, se viu mergulhado numa crise ética e de credibilidade sem precedentes. Com o objetivo de elencar erros que Dilma cometeu e que Temer não poderá cometer, A GAZETA ouviu cientistas políticos, economistas e especialistas no mercado financeiro, e eles foram unânimes em um ponto: Temer não pode cometer velhos erros se quiser tirar o país da crise.

A principal justificativa para essa afirmação é que o tempo do seu governo será muito curto, mesmo se o impeachment for aprovado nos próximos 180 dias – o que lhe daria pouco mais de dois anos



ROBERTO STUCKERT FILHO/PR

Dilma fez um pronunciamento oficial no Palácio do Planalto após ser notificada e afastada do governo

PLANEJAMENTO

“Um dos principais erros do governo Dilma foi ter feito um planejamento de gastos considerando receitas futuras, que dependem do mercado externo e das commodities”

FLÁVIO MATTEDI
ECONOMISTA DA VALOR INVESTIMENTOS

de mandato. “Nesse período curto Temer deve se centrar em arrumar a casa”, argumenta Gilberto Braga, economista e professor do Ibmecc.

DESEQUILÍBRIO

Na avaliação de Braga, o primeiro e mais grave erro do governo foi perder o equilíbrio fiscal. “O descompasso entre as receitas e despesas fez com que o governo se endividasse e cometesse outros graves erros”.

O economista e planejador financeiro da Valor

Investimentos Flávio Mattedi alerta que o aumento descontrolado dos gastos gerou uma série de consequências, como a perda de condições de arcar com os compromissos e pagar suas dívidas. “A presidente aumentou demais os gastos públicos, considerando que haveria melhorias na receita futura. O problema é que essa receita não veio e o desequilíbrio fiscal provocou a quebra de confiança tanto do investidor local quanto do estrangeiro”.

ERRO NA BASE

“Dilma errou muito no relacionamento cotidiano com sua base parlamentar, que era bastante ampla. Esse foi um dos principais erros que conduziu ao impeachment”

VITOR DE ANGELO
CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA UVV

Cientista político e professor da UVV, Vitor Amorim de Angelo explica que, no Brasil, o partido do presidente eleito nunca tem maioria no Congresso. Por isso, o chefe do Executivo precisa formar uma coalizão com outras legendas. “Dilma Rousseff até estabeleceu essa aliança formal, mas errou muito no relacionamento cotidiano com sua base parlamentar, que era bastante ampla. Esse foi um dos principais erros que conduziu seu governo até o impeachment”, afirma.

De acordo com Angelo, o presidente interino deve estabelecer um outro padrão de relacionamento com a Câmara e o Senado, dos quais depende para aprovar as medidas de ajuste que pretende implementar. Outra postura importante é não tentar controlar a inflação por meio de represamento de preços e protecionismo econômico, reforça Arilton Teixeira, doutor em economia e professor da Fucape.

“O governo quebrou contratos para fazer redução artificial de preços, gerando excesso de consumo, incertezas e desestruturando a economia. E sabemos que ninguém investe em um país onde falta credibilidade e segurança jurídica”, diz.

ANÁLISE

O que Dilma não fez

▄ O governo quis acreditar que o modelo econômico baseado no consumo das famílias ia se sustentar de forma indefinida, como se tivesse achado uma nova teoria econômica, quando na verdade esse é um modelo que tem tempo para começar e para acabar. O descompasso entre as receitas e

despesas fez com que o governo se endividasse, e a perda de credibilidade afetou a confiança dos investidores no mercado. O governo também errou ao deixar de mexer na remuneração da caderneta de poupança, que continua abaixo da inflação. Isso leva a uma avaliação negativa do governo por

parte da população comum. Também não conseguiu fazer o combate efetivo da inflação. As medidas propostas não foram aprovadas pelo Congresso, sendo sabotadas pela própria base do governo. O aumento de preço afeta toda a sociedade, e é a principal causadora da perda de controle das finanças.

—
GILBERTO BRAGA
ECONOMISTA E PROFESSOR DO IBMECC

ANÁLISE

O que Temer deve fazer

▄ Logo de cara, Temer vai encontrar dificuldade para implementar políticas econômicas de consenso. Por isso, vai ter que mudar a relação do governo com os partidos e com o Congresso para melhorar a governabilidade. Tem também que criar um mecanismo de comunicação com a população que foi para

as ruas. Tendo adesão, terá mais condições para fazer as melhorias que o país precisa e alimentar o crescimento econômico. A dificuldade é não ter dinheiro para fazer o que deve ser feito. Dilma usou o aumento da dívida pública para fazer um programa de governo falso, não sustentável, com o objetivo único

de conseguir a reeleição. Isso corroeu ainda mais as contas. Uma situação política irresponsável. Agora, é necessário que Temer assuma os riscos e consiga persuadir a sociedade da necessidade de fazer mudanças, mesmo que, de início, seja preciso tomar medidas mais duras.

—
FRANCISCO ALBERNAZ
CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA UFES

TEMER NO PODER



Contas públicas

2º erro

Contando com receitas futuras, o governo aumentou os gastos públicos, sem comprometimento com o equilíbrio fiscal.



Reformas

3º erro

Sem uma base sólida no Congresso, o governo federal não conseguiu aprovar reformas importantes, como a política e a da Previdência.



Tirando o corpo fora

4º erro

Não adianta "tirar o corpo fora" e culpar o mercado externo pela crise, como fez Dilma. Temer terá que tomar medidas impopulares, como aumento de impostos.



Basta na corrupção

5º erro

Depois que a Lava Jato se aproximou de Lula e Dilma, a presidente perdeu popularidade. Temer, também citado na operação, tem que combater a corrupção.



BASE DE APOIO

1º erro

CONGRESSO Dilma até estabeleceu uma aliança formal com o Congresso, mas errou no relacionamento cotidiano com sua base. Esse foi um dos principais erros e conduziu o governo ao impeachment. Temer deve estabelecer um outro padrão de relacionamento com a Câmara e o Senado.



Infraestrutura

6º erro

O governo Dilma atrasou obras de infraestrutura como as do PAC, além da demora nas licitações de ferrovias, rodovias e portos. O Espírito Santo foi muito prejudicado por esses atrasos e pelo desestímulo aos investimentos de longo prazo.



Interferências

10º erro

O governo interferiu muito na economia por meio do controle artificial de preços, como o da energia. Temer tem que sinalizar que essas interferências não vão mais acontecer.



Poupança

9º erro

O governo falhou ao não conseguir mudar a remuneração da caderneta de poupança para corrigir o rendimento, que continua abaixo da inflação.



Inflação

8º erro

Em 2012, a redução dos preços da energia ajudou a segurar a inflação, mas o preço represado depois foi repassado, aumentando drasticamente a inflação.



Máquina inchada

7º erro

O governo Dilma prometeu reduzir as despesas por meio do enxugamento da máquina pública. Não cumpriu. Temer tem que melhorar a qualidade da gestão.

COMO SERÁ O AMANHÃ?

Conciliação de interesses



Vitor de Ângelo
É cientista político e professor da UVV

Michel Temer tomou posse interinamente como presidente numa conjuntura de grave crise política e econômica. Já em seu primeiro discurso, prometeu fazer um governo de salvação nacional. Desde pelo menos a última eleição, sabemos bem quão grande é a distância, muitas vezes, entre o que se promete e o que se cumpre, na prática. Logo, o discurso acertado, porém, genérico do novo presidente deve ser visto com reservas.

Não se pode negar que Temer terá condições melhores do que Dilma Rousseff, neste momento, para enfrentar a crise vivida pelo Brasil. Apesar das acusações de que seu governo é ilegítimo, já que resulta de um processo de impeachment cuja fundamentação jurídica é polêmica e questionável, e, apesar, também, dos seus baixos índices de aprovação, o fato é que Temer conta com importantes apoios nesse momento.

A elite empresarial brasileira de modo geral, amplos setores da classe média descontentes com o governo Dilma e a maioria do Congresso Nacional sustentam, em maior ou menor medida, a nova administração federal.

Temer dedicou trechos do seu discurso a cada um desses setores quando falou da importância em restabelecer um ambiente econômico propício a investimentos; quando defendeu a necessidade de uma “democracia da eficiência”, com serviços públicos e privados de maior qualidade; e quando reconheceu a importância do diálogo com o Legislativo para implementar os ajustes necessários.

Por outro lado, a salvação será nacional, de fato, apenas se ampliar a base de apoios para além desses setores. Para isso, em seu primeiro discurso, Temer também prometeu não mexer com os direitos e conquistas adquiridos nos governos do PT. Nesse ponto parece estar o maior problema do presidente em exercício: Temer busca combinar interesses que, num contexto de recursos escassos, de avanço do conservadorismo e de escalada dos discursos políticos, tendem a não ser facilmente conciliáveis. Conciliação almejada sob o manto do slogan “ordem e progresso” adotado pelo governo.

Kafka e Dilma



José Augusto Carvalho
É doutor em Letras pela USP

Algumas vezes, na defesa da presidenta Dilma, o ministro Cardoso comparou o processo desse impeachment com o processo a que respondeu Joseph K. no romance O Processo, do escritor tcheco Franz Kafka. No romance de Kafka, o personagem principal é despertado no dia do seu aniversário por dois agentes da lei que o prendem sem lhe dizer por quê, liberam-no depois para o seu trabalho no banco, mas a investigação contra ele prossegue, sem que ele saiba de que é acusado nem a que tipo de processo responde. No final, também no dia do seu aniversário, o personagem Joseph K. é levado por dois homens para fora da cidade: enquanto um deles o segura pelo pescoço, o outro o apunhala duas vezes no coração. Ele é punido com a morte por um crime que não sabe qual teria sido, num processo cuja origem e causa desconhecia.

Comparar a desventura de Joseph K. com a da Presidenta Dilma me pareceu despropositado. Joseph K. não sabia qual era a acusação contra si, mas Dilma sabia de que era acusada, ainda que proclamando inocência. Joseph K. não teve quem o defendesse e foi punido sem saber por quê. Dilma teve

amplo direito de defesa e foi punida sabendo por quê, ainda que se julgasse injustiçada. O que se poderia dizer é que Joseph K. tinha consciência de não ter cometido nenhuma ilegalidade, enquanto Dilma defendia a ideia de que não havia cometido o crime de que era acusada.

Há um episódio nesse romance de Kafka em que um homem chega à porta da Lei e pede à sentinela que o deixe entrar, usando de todos os recursos, inclusive subornando-a, mas o guarda se recusa a deixá-lo entrar. Já velho e cansado, pouco antes de morrer, o homem pergunta ao guarda: se a Lei era feita para todos, por que apenas ele, durante todos aqueles anos, tinha tentado entrar. E a sentinela, antes de fechar a porta da Lei, responde ao homem que ninguém tinha aparecido antes, porque a porta era feita só para ele.

Parodiando esse episódio, pode-se dizer que Dilma ousou não ver a sentinela na porta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas a sentinela estava lá e, como no caso do homem do episódio de Kafka, a porta da Lei era feita para ela...

Governança pública



Fernando Galdi
É pós-doutor em Ciências Contábeis e professor da Fucape

Novos tempos, novas atitudes, mais governança e mais transparência. Isto é o que os brasileiros esperam do governo Temer no que diz respeito ao uso dos recursos públicos. A criação do Ministério de Fiscalização, Transparência e Controle sinaliza nesta direção.

O novo ministro, Fabiano Augusto Martins Silveira, reúne as características necessárias para fazer com que a nova pasta (criada em substituição a Controladoria Geral da União) funcione e adicione ao novo governo. Doutor em Direito, o ministro nomeado foi consultor legislativo do Senado Federal e conhece a importância do tema. O que se espera é uma mudança de postura.

A experiência recente nos mostra que não podemos deixar entidades e empresas públicas serem manipuladas por interesses político-partidários e pessoais, sob o risco de prejuízos bilionários. As pedaladas fiscais, os investimentos desastrosos da Petrobras e de outras estatais e as obras públicas superfaturadas são apenas alguns exemplos do desperdício

absurdo de recursos públicos. Não é o brasileiro que é mau caráter, é sistema de governança pública que não funciona.

Entende-se por governança pública o conjunto de mecanismos que tem como objetivo minimizar os conflitos de interesse existentes entre os gestores públicos e a sociedade. O Banco Mundial considera que governança diz respeito a estruturas, funções, processos e tradições organizacionais que visam garantir que as ações planejadas sejam executadas de maneira que os objetivos e resultados sejam atingidos de forma transparente. A governança pública consiste na criação de mecanismos para avaliação, monitoramento e direcionamento da gestão pública.

A falta deste tripé leva, inevitavelmente, a problemas de gestão e mau uso dos recursos. O conceito de governança pública deve ser considerado um mantra pelo novo Ministério e incorporado por todos gestores públicos de maneira que a sociedade passe a ter confiança no uso dos seus recursos.

O teatro da brutalidade



Caê Guimarães
É escritor e roteirista

Em novembro de 2014 a Operação Lava Jato começou a efetuar mandados de busca e apreensão vultuosos e prisões de atores dos bastidores e do prosaetrio da política nacional. Eu estava em Curitiba, palco central desta peça cujo epílogo está longe do fim. Pude antever a angústia e a brutalidade que nos arrastou até aqui, lambidos pela lama da corrupção, do sensacionalismo, da desinformação e da intolerância. Mas esta última foi a primeira a me tocar naquela noite.

Escrevi nas redes sociais que se as investigações fossem adiante, o lixo jogado no ventilador respingaria sobre todos os partidos brasileiros, salvo raras exceções. Imediatamente fui agredido verbalmente por duas pessoas a quem não conheço. Ironicamente, uma defendia o partido da presidente que acabara de ganhar as eleições. E a outra, o partido do candidato que perdeu as mesmas eleições.

Tive que me defender com as únicas armas que tenho: palavras. Os agressores, inflados por imaturidade política e in-

teresses corporativos, sumiram da timeline. Foi a única coisa boa do episódio.

Naquela noite dormi com a sensação de que os primeiros movimentos de uma convulsão ininterrupta começavam. Passados 18 meses, vi e vivi câimbras, fraturas e dormências. Não deixei de manifestar minha opinião, ainda que diversas vezes tenham confundido o fato de eu ser contra o impeachment com uma suposta defesa cega do partido da presidente afastada. Também vi o contrário, pessoas que defendiam o afastamento serem confundidas com reacionários que vestem o figurino grotesco da volta do regime militar.

Nossa infantilidade democrática veio à tona. A estupidez desse teatro de intolerância é nossa. Há indícios de corrupção dos dois lados do cabo-de-guerra. E daqui quatro meses tem peça nova em cartaz, com atores buscando os papéis de prefeito e vereador. Caberá igualmente a nós sermos protagonistas lúcidos dessa dramaturgia. Ou as vacas do presépio, cuja função é apenas ruminar e mugir.

TEMER NO PODER

vvogas@redegazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Sandro Locutor (PROS) assistiu à posse de Temer em Brasília. Estava lá (de novo) em agenda da Unale. A propósito, por que um deputado estadual viaja tanto país afora em eventos de tal entidade?

A quem Temer falou?

Em seu primeiro pronunciamento à nação como presidente em exercício, Michel Temer não surpreendeu, mas, nestes dias em que o país é sacolejado por uma surpresa após a outra, a opção se mostrou adequada, até um pouco reconfortante. Não é hora para novos sobressaltos. Seguindo o próprio script, Temer não usou seu primeiro discurso para anunciar medidas concretas. Deverá tomá-las, e rápido, mas em momento mais oportuno. Por ora, concentrou-se em expor, de forma genérica e sintética, as diretrizes que se pode esperar de seu “governo de salvação nacional”: resgate do diálogo, da confiança no país e, por conseguinte, da geração de empregos.

No primeiro caso, Temer falou especialmente aos antigos pares no parlamento. “O diálogo será o primeiro passo para enfrentarmos os desafios”, disse o peemedebista, que repetiu a palavra pelo menos outras duas vezes, por exemplo ao destacar a importância de governar com uma “base sólida”, cimentada a partir do diálogo. Música para os ouvidos daqueles que se queixavam, nos últimos cinco anos, justamente de não serem ouvidos por Dilma e companhia.

Quanto ao resgate da confiança, Temer se dirigiu sobretudo à classe empresarial. Essa foi literalmente a primeira palavra que ele transmitiu. Falou de sua “confiança na recuperação da economia”, lembrando (alô, investidores!) que há muitos capitais dentro e fora de nossas fronteiras, os quais poderão voltar a ser investidos a partir do resgate da credibilidade do país internamente e no exterior. É aí (abre alas, Meirelles!) que

entram as novas políticas econômicas. E essas, confirmou Temer ontem, passarão por redução da dívida pública com cortes de gastos, um Estado menor e menos atuante na economia, mais regulador que fomentador, dando lugar à iniciativa privada para alavancar os investimentos.

Foi curioso o cuidado que ele teve em sublinhar seu conceito de “iniciativa privada”, incluindo aí trabalhadores e empregadores. Temer já tem o apoio destes, o grande empresariado do país, que apoiou em peso o impeachment e bancou o projeto de troca na Presidência da República. O daqueles, a classe trabalhadora, terá que ser conquistado pelo novo presidente. Como? Gerando empregos. Eis o terceiro ponto. Qualquer chance de sucesso em seu governo transitório passa necessariamente por dar essa resposta.

Também remetendo-se aos cidadãos mais vulneráveis, Temer fez, “em letras garrafais”, outra afirmação importante: não acabará com nenhuma política social e sua agenda de reformas e de ajuste fiscal não tocará em direitos adquiridos. Nesse ponto, respondeu aos trabalhadores, mas também (e principalmente) a Dilma e à oposição que ele leva de bônus junto com o cargo desde o primeiro momento – em seu discurso de despedida

Aécio não foi o único não ministro ao lado de Temer na posse. Collor também se fez presente, no slogan ecoado por Temer: “Não fale em crise. Trabalhe”. Era a estampa nas camisetas de Collor em 1989.

horas antes, Dilma tornou a alardear a “ameaça às conquistas da última década e ao Estado Democrático de Direito”, representada pelo “governo golpista” e “ilegítimo” dos “sem voto”.

Ainda no campo dos recados, Temer também frisou o valor dado por ele à separação e à harmonia entre os Poderes. Ao fazê-lo, mandou outra indireta para Dilma, que mais cedo reiterou a disposição de levar ao extremo a judicialização do processo no STF. Finalmente, negando de pronto outro risco atribuído a ele, Temer jurou proteção à Lava Jato, o que passa, no gesto concreto, pelo fortalecimento que dará à CGU.

Para o bem do país, o “Plano Temer” não pode falhar miseravelmente nos próximos meses como a voz dele mesmo falhou ontem. Temer passou boa parte do discurso pigarreando e tossindo muito. Será esse um sintoma de que o governo dele terá fôlego curto e não será o melhor porta-voz dos anseios da população?

Profetisa

Mais cedo, no discurso de retirada, Dilma Rousseff profetizou a condenação do governo Temer ao fracasso por já nascer órfão da legitimidade popular indispensável para ele conseguir tomar as medidas impopulares que o esperam.

Toma lá (Dilma)

“O maior risco para o país neste momento é ser dirigido por um governo dos sem voto. Não terá legitimidade para propor soluções. Um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento. Um governo que será ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política no país.”

Dá cá (Temer)

Mais tarde, no constitucionalista Michel Temer expressou sua confiança também “na vitalidade da nossa democracia” e o seu “respeito ao livrinho (a Constituição)” – o mesmo que ele estudou e ensinou em bancos acadêmicos e que, para dilmistas, foi rasgado no movimento articulado por ele até o afastamento da petista ontem.

Mudança, mas nem tanto

Ao contrário do grudento jingle e do gesto de sua última campanha, o prefeito Luciano Rezende não quer tanta mudança, pelo menos não na equipe que vai dirigir sua campanha à reeleição: assim como em 2012, ele fechou com o marqueteiro Jorge Oliveira. Em 2014, Jorge dirigiu a “campanha do abraço” de Paulo Hartung. Isso pelo menos une os dois.

Dá zero pra ele...

O colunista pelo jeito não se lembra bem das aulas de Estudos Sociais na escola e ontem tirou nota zero: o hino cujo refrão foi citado por Magno Malta na sessão do impeachment no Senado é o da Independência, não o do Exército brasileiro.



PICHAÇÃO NA PRESIDÊNCIA



FLASH

Protesto na Paulista

Manifestantes de movimentos sociais e centrais sindicais protestaram ontem contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e a posse de Michel Temer (PMDB). Segundo a organização, 35 mil pessoas participaram do protesto, que resultou em pichações na porta do escritório da Presidência da República em São Paulo. FOTO: GLÁUCIO ARAÚJO/G1

PROTESTO EM PORTO ALEGRE



FLASH

Críticas no Rio Grande do Sul

Um grupo de aproximadamente 300 pessoas se reuniu na frente da sede do PMDB em Porto Alegre (RS) em ato de repúdio à posse do presidente em exercício Michel Temer (PMDB). Durante a tarde, outro grupo fez uma manifestação de apoio à presidente afastada Dilma Rousseff, em frente à casa da petista na capital do Rio Grande do Sul. FOTO: CAU GUEBO/AG

HARTUNG DEFENDE O FIM DO RADICALISMO

Para governador, processo de impeachment é “traumático”

■ VINÍCIUS VALFRÉ
vpereira@redgazeta.com.br

Em sua primeira manifestação pública após o afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT), o governador Paulo Hartung (PMDB), em nota, pregou o diálogo e disse que o momento é de superação do radicalismo e do clima de intolerância. Também ponderou que a medida do impeachment é “sempre traumática no processo democrático”.

O peemedebista ressaltou a importância da retomada do crescimento econômico para geração de emprego e renda e do fortalecimento do combate à corrupção.

O conteúdo da nota guarda sintonia com o discurso de posse do interino Michel Temer (PMDB), a

quem se colocou à disposição “para ajudar no que for necessário”.

A nota foi enviada pouco depois do primeiro discurso de Temer. Hartung não deu entrevista.

Desde o rompimento de um grupo majoritário do PMDB com o governo do PT, Hartung evita falar sobre a retirada de Dilma.

A discórdia sobre o tema só é vencida por notas em suas redes sociais – que não respondem se ele seria a favor ou contrário ao impeachment, se Temer e sua equipe tem legitimidade e competência para conduzir o país e se o PT continuará integrando o primeiro escalão de seu governo.

Antes de consumado o afastamento, Hartung já declarou que a crise não

SOBRE O NOVO GOVERNO

“Estou à disposição do presidente em exercício Michel Temer para ajudar no que for necessário, assim como me coloquei à disposição da presidente Dilma”

pode ser solucionada por meio de “atalhos”. Em seguida, disse ser importante “que se decida logo sobre o impeachment”. Depois, considerou que “não tem nada de golpe” no impeachment e, quinze dias mais tarde, disse que o povo não achou graça no pedido de impedimento porque ele



Paulo Hartung se colocou à disposição para ajudar o governo de Michel Temer

“O rito constitucional do impeachment foi cumprido, mas uma medida como essa é sempre traumática no processo democrático”

PAULO HARTUNG
(PMDB) GOVERNADOR

“foi colocado por mãos que não são legítimas”.

Confira os principais trechos da nota:

PROBLEMAS

Com a decisão do Senado, o que espero é que o governo federal encare os seus problemas de frente e adote as medidas necessárias para

colocar a economia e a política no rumo. Uma agenda para o país é o que tenho proposto há muito tempo, e é essa agenda que vou continuar defendendo agora.

TRAUMA

O rito constitucional do impeachment foi cumprido, mas uma medida como essa é sempre traumática no processo democrático. Acredito que o momento agora é de apostar no diálogo e de superar o radicalismo e o clima de intolerância que lamentavelmente contaminou a sociedade e a política.

ECONOMIA

É importante retomar o crescimento econômico para gerar emprego e renda para a população, pois o desemprego é o efeito mais perverso

so dessa gravíssima crise.

CORRUPÇÃO

Defendo também o fortalecimento do combate à corrupção como forma de superar esse momento difícil que atravessamos. As investigações devem continuar e as instituições de controle devem ter papel fortalecido.

RESPONSABILIDADE

Estou à disposição do presidente em exercício Michel Temer para ajudar no que for necessário, assim como me coloquei à disposição da presidente Dilma Rousseff em vários momentos. Por fim, chamo atenção de que é hora de as lideranças agirem com responsabilidade, espírito público e apostarem num amplo diálogo em defesa do país.

REPERCUSSÃO EM ENTIDADES



“A palavra de ordem é otimismo. Superamos uma etapa da caminhada, que aponta outras jornadas”

JÚLIO ROCHA PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO DE AGRICULTURA DO ES



“O momento é ruim, mas há uma oportunidade única para escrever um novo capítulo na história do Brasil”

MARCOS GUERRA PRESIDENTE DA
FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ES



“As dificuldades não vão ser dissolvidas só pela mudança de governo. A caminhada será de muito trabalho”

CLÁUDIO SIPOLATTI PRESIDENTE
DA CDL VITÓRIA



“O otimismo é moderado, mas pelo menos agora vemos uma luz no fim do túnel, algo que nós não víamos antes”

JOSÉ LINO SEPULCRI PRESIDENTE
DA FECOMÉRCIO-ES

TEMER NO PODER

César Colnago (PSDB)

“Dilma se isolou, e Temer é conhecido por dialogar”

—Vice-governador destaca que o PSDB impôs condições para se aliar a Michel Temer, e espera que a interlocução com o Espírito Santo melhore

RAFAEL SILVA
rfreitas@redgazeta.com.br

O vice-governador César Colnago (PSDB) afirmou que espera um diálogo maior do Planalto com os Estados durante o novo governo de Michel Temer (PMDB), que assumiu a presidência após o afastamento de Dilma Rousseff (PT). Na avaliação do tucano, a petista “se isolou muito” após as eleições e espera que Temer se aproxime não somente dos governos estaduais como do Congresso Nacional.

Confira a seguir a entrevista concedida pelo tucano para A GAZETA.

Qual a expectativa do senhor e do governo estadual com o novo governo de Michel Temer?

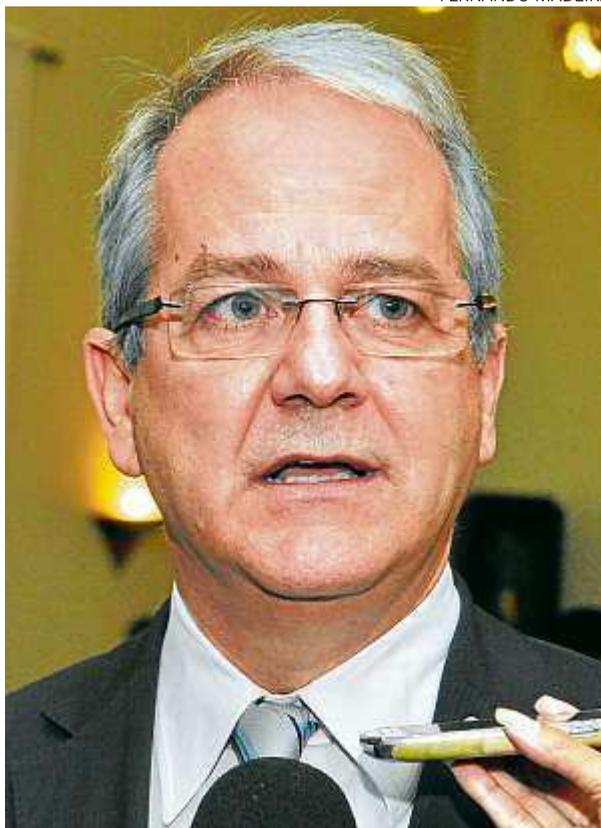
As pessoas já vinham pedindo por mudanças e acho

que elas chegam em boa hora. O país estava paralisado, entramos em uma depressão econômica muito grande. O Temer foi presidente da Câmara e do Congresso Nacional, tem em sua origem o perfil de diálogo que estava faltando à presidente Dilma. É um líder que é conhecido por dialogar.

Após vencer as eleições em 2014, Dilma se isolou e o diálogo com os Estados ficou prejudicado. Com isso, o Estado colocou os seus próprios recursos em projetos que poderiam ter sido melhor alinhados com o governo federal. Imagino que a tendência é melhorar.

O PSDB estará ao lado de Temer nesses 180 dias?

Acho que só sairemos da crise com a ajuda de todos, atuaremos juntos no enfrentamento da crise, assim co-



FERNANDO MADEIRA

“
Estaremos dispostos a contribuir, mas é importante lembrar que a Dilma ainda é a presidente e que há um julgamento em curso”

mo fizemos durante o governo de Itamar Franco, em 1992. Estaremos dispostos a contribuir, mas é importante lembrar que a Dilma ainda é a presidente e que há um

julgamento em curso.

O senhor teme que o PSDB possa se prejudicar caso o governo Temer não apresente bons resultados?

Olha, não podemos lavar as mãos e nem pensar só nas eleições de 2018. Se não, faremos o mesmo que o PT fez com o Itamar. O PT criticou até quando pôde o Plano Real, fazendo uma oposição política forte quando o país pedia a união. Demos nossas condições e não vamos nos omitir.

Como fica a relação do governo do Estado com o PT local?

Uma coisa é eleição nacional, outra é eleição do Estado. Temos nossos parceiros na Assembleia Legislativa e tentaremos estabelecer o máximo de governança possível.



Após discursar no Salão Leste do Planalto, Dilma deixou a sede do governo por uma saída lateral, que deu acesso à grade onde lhe esperavam milhares de simpatizantes e movimentos sociais

DESPEDIDA COM PEDIDO DE MOBILIZAÇÃO NAS RUAS

Dilma deixou o Palácio do Planalto cercada por ex-ministros

BRASÍLIA

➤ A presidente afastada Dilma Rousseff (PT) pediu que as pessoas continuem mobilizadas para defender a manutenção de seu mandato de forma pacífica. Em um discurso que durou 14 minutos e 13 segundos dentro do Palácio do Planalto, e outro realizado já do lado de fora, voltado aos militantes que aguardavam sua saída, ela disse que o maior risco do governo de Michel Temer (PMDB) é não ter sido eleito popularmente.

A petista alertou, ainda, para a possibilidade de repressão aos movimentos populares que resistirem ao que ela classificou novamente como “golpe”: “O risco maior para o país é ser dirigido por um governo dos ‘sem voto’. Um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira, que não tem legitimidade. É um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento, uma espécie de eleição indireta”, disse a presidente, abatida.

Ela acusou ainda a oposição de não ter se conforma-

do com a derrota das urnas e de ter sabotado seu governo: “Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a conspirar com um único objetivo; tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Meu governo tem sido alvo de incessante sabotagem”.

MOBILIZAÇÃO

Dilma fez também um chamado aos defensores de seu mandato, pedindo que eles continuem “mobilizados, unidos e em paz”, e afirmou que lutará para exercer seu mandato até 31 de dezembro de 2018.

“Aos brasileiros que se opõem ao golpe, independentemente de posição partidária, faço um chamado para que mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar e exige de nós mobilização constante. A luta contra o golpe é longa e nós vamos vencer”, frisou a petista.

A presidente afastada voltou ainda a lembrar os

NO DISCURSO

“Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a conspirar com um único objetivo: tomar à força o que não conquistaram nas urnas”

“A luta pela democracia não tem data para terminar e exige de nós mobilização constante”

“Já vivi a dor indizível da tortura, da doença e agora sofro a dor inominável da injustiça”

DILMA ROUSSEFF (PT)
PRESIDENTE AFASTADA

tempos de tortura, e disse que sofre uma nova injustiça, e negou ter cometido crimes: “Já vivi a dor indizível da tortura, da doença e agora sofro a dor inominável da injustiça. Esse é um processo frágil, juridicamente inconsistente, injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. É a maior brutalidade que pode ser cometida a um ser humano, puni-lo por um crime que não cometeu”, disse.

Dilma discursou logo após ser notificada da decisão do Senado. Cercada por ex-ministros e aliados, a presidente não teve ao seu lado, no último discurso na sede do governo, seu padrinho político, o ex-presidente Lula (PT). Os dois só se encontraram quando Dilma deixou o Planalto.

O ex-presidente, visivelmente abatido, não fez nenhum pronunciamento, e ficou o tempo todo à sombra da sucessora. Ao fim dos cumprimentos e da fala de Dilma, Lula disse a repórteres, como se fosse um desabafo: “Agora vou para casa”. (Com agências)

Cardozo continuará defendendo a petista

➤ José Eduardo Cardozo, que até ontem defendeu a presidente afastada Dilma Rousseff (PT) como advogado-geral da União, afirmou que continuará defendendo a petista. A partir de agora como advogado privado.

Ele explicou que a Comissão de Ética Pública o liberou para atuar dessa forma. Cardozo foi exonerado ontem do cargo na AGU. Ele não quis detalhar as brechas que ainda vê para contestar o processo de impeachment, mas disse que um time de advogados o ajudará na tarefa.

Segundo ele, o “golpe” tem requintes de crueldade: “Há questões que ainda podem ser judicializadas e nós vamos fazer isso no momento certo, na hora certa, para que nós não tenhamos uma triste página na nossa história de um golpe feito com requintes



José Eduardo Cardozo foi exonerado da AGU

de crueldade jurídica”.

José Eduardo Cardozo afirmou que foi autorizado pela Comissão da Presidência da República a permanecer na defesa da presidente afastada.

“Eles disseram que nas causas específicas do impeachment da presidente não haveria nenhum conflito”, resumiu. (AG)

AFASTADA, MAS COM AVIÃO, 15 SERVIDORES E SALÁRIO

Dilma poderá continuar no Palácio da Alvorada por 180 dias

BRASÍLIA

Além de exonerações, o Diário Oficial de ontem trouxe a nomeação dos assessores que ficarão ao lado da presidente Dilma Rousseff (PT), afastada temporariamente do cargo pelo Senado. São 15 pessoas, que ficarão lotadas no “Gabinete Pessoal da Presidenta da República”, que vai assessorar a petista no Palácio da Alvorada.

Gíles Azevedo, assessor especial e homem de confiança de Dilma, vai chefiar o gabinete, com o cargo de secretário-executivo. Outro nomeado é Jorge Rodrigo Araújo Messias, que será assessor especial. Ele foi exonerado do cargo que ocupava até agora: subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil.

Citado na conversa gravada pela Polícia Federal entre Dilma e o ex-presidente Lula, Messias, ou “Bessias”, como ficou conhecido, foi o servidor designado para levar o termo de posse que daria ao petista cargo de ministro da Casa Civil. A conversa foi interpretada como uma forma de tentar evitar uma eventual prisão de Lula, uma vez que, como ministro, ele passaria a ter foro privilegiado e só poderia ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

REGALIAS

Dilma manterá ainda os quatro assessores pessoais que já estão à sua disposição no Planalto, além de toda a equipe que já traba-



RONALDO CALDAS/AG

O metalúrgico se deixou abater

Lula não chegou a entrar no Palácio do Planalto ontem, e ficou à sombra de Dilma.

“Agora vou para casa”

LULA (PT)

EX-PRESIDENTE, após a despedida da presidente afastada Dilma Rousseff, em frente ao Palácio do Planalto.

lho no Alvorada.

Além do gabinete pessoal, Dilma mantém alguns direitos enquanto estiver afastada. Ela pode continuar morando no Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência da República. Dilma também continua recebendo salário de R\$ 30.934,70. Além disso, poderá contar com um aparato de segurança e terá assistência à saúde, transporte aéreo e terrestre.

A manutenção das prerrogativas foi anunciada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), depois que proclamou a decisão da Casa de aprovar o afastamento de Dilma por até 180 dias.

A aprovação da admissibilidade do processo rece-

Senado suspende o recesso de julho

“O presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), confirmou ontem que não haverá recesso parlamentar em julho na Câmara dos Deputados e no Senado, para que os senadores possam acelerar o julgamento do processo de impeachment da presidente

beu 55 votos a favor 22 contra. A partir de agora, o processo contra a presidente afastada segue, mas será comandado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro

Dilma Rousseff. Para que o recesso seja suspenso, o peemedebista informou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 não deve ser votada até julho deste ano. Sem recesso, o presidente em exercício, Michel Temer, terá mais tempo para aprovar medidas econômicas.

Ricardo Lewandowski.

DISCRIÇÃO

Apesar de dizer que a atividade extra não prejudicará os trabalhos do tribunal, o ministro abriu a sessão de

julgamentos de ontem às 14h30 e a encerrou às 15h, sem que houvesse decisão em nenhum processo.

“O presidente não tem nenhum protagonismo, ele é simplesmente o coordenador do processo, o presidente dos trabalhos. A função dele é garantir que a denúncia possa realmente se explicitar da forma mais clara possível e que a defesa possa exercer o contraditório, enfim, garantir então que haja essa possibilidade que a Constituição garante”, explicou.

Segundo Lewandowski, se houver alguma atividade no Congresso Nacional que coincida com a sessão judicial, a ministra Cármen Lúcia, vice-presidente do STF, poderá assumir a Corte. (AG)

Após saída, protesto e correntes

VALTER CAMPANATO/ABR



Mulher se acorrentou a grades no Planalto

Depois que os manifestantes se dispersaram, um grupo de mulheres militantes permaneceu na frente do Palácio do Planalto. Algumas delas se acorrentaram à grade e se recusam a deixar o local, enquanto outras gritam palavras de ordem em roda.

Elas reclamam do novo governo Temer, por ter acabado com a pasta das Mulheres e dos Direitos Humanos. A formação do novo ministério também é criticado por grupos sociais e minorias, pois não há nenhuma mulher nem nenhum negro. (AG)

Cunha também mantém regalias

Afastado do mandato de deputado e da Presidência da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) terá direito a receber, por tempo indeterminado, o salário integral como deputado, equivalente a R\$ 33,7 mil. Além disso, ele manterá o acesso à verba mensal de gabinete para a contratação de funcionários, de R\$

de 92 mil, podendo manter todos os funcionários que tem hoje em seu gabinete.

Também terá direito a permanecer na residência oficial da Câmara, direito à segurança pessoal e à assistência de saúde, além de carro e uso do avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para se locomover.

O ato da Mesa Diretora,

que foi elaborado pelo primeiro-secretário da Mesa, Beto Mansur (PRB-SP), já está pronto, mas depende da assinatura do presidente interino da Casa, Waldir Maranhão (PP-MA), e dos demais integrantes da Mesa.

As regras seguem o mesmo parâmetro fixado para a presidente Dilma durante seu afastamento. (AG)



LUÍS MACEDO/AGÊNCIA CÂMARA

Cunha está afastado do mandato por ordem do STF

TEMER NO PODER

FAMOSOS NAS REDES SOCIAIS



“A nossa democracia neste dia está a sete palmos abaixo da terra. Triste!”

GRAZI MASSAFERA
ATRIZ



“Que o povo possa lutar pelo que interessa: reforma política e a aprovação das 10 Medidas Contra a Corrupção”

M. FERNANDA CÂNDIDO ATRIZ



“E aceitar Michel Temer com menos de 1% de popularidade é só pra tolos, ignorantes, ou mal-intencionados”

LETÍCIA SABATELLA ATRIZ



“Chora, não vou ligar... Tchau, petralhada. Vão pros quintos dos infernos”

ROGER MÚSCICO DA BANDA
ULTRAJE A RIGOR



“Bye, bye tristeza. Não precisa voltar #Brasil #esperança... e que a limpeza continue até o último mau elemento sair”

DANI SUZUKI ATRIZ

NAS RUAS, NOVO GOVERNO É SINÔNIMO DE DÚVIDAS

Eleitores estão divididos sobre a saída da presidente Dilma

▀ **BÁRBARA OLIVEIRA**
bneves@redgazeta.com.br

A aprovação do impeachment e o afastamento da presidente Dilma Rousseff (PT) foram os assuntos da rua na manhã de ontem, na Grande Vitória. A reportagem de A GAZETA ouviu a opinião dos capixabas. A população se mostrou dividida, com parte dos cidadãos demonstrando confiança no governo de Michel Temer (PMDB), e outra parte lamentando o afastamento de uma presidente eleita por voto popular.

A dona de casa Rosani Andrade, de 31 anos, conviveu com o desemprego dentro de casa e prefere acreditar que a situação do país vai melhorar: “Meu marido ficou desempregado três vezes esse ano, agora que voltou a trabalhar. Está tudo muito difícil, tudo muito caro, espero que agora melhore”.

O técnico em mecânica João Francisco, de 47 anos, também torce para que a mudança no governo ajude o país a voltar a crescer e gerar empregos. “Foi ótimo ela sair. Pior do que está não pode ficar. Esse monte de loja fechada, o comércio em crise, o desemprego. Espero que melhore”, afirmou.

Já o estudante Guilberth Lucas Ribeiro, de 17 anos, teme que o povo não



CRIS FAGA/FOLHAPRESS

Fora Temer

Movimentos sociais contrários ao impeachment de Dilma Rousseff protestaram em São Paulo contra Michel Temer, presidente em exercício.

tenha paciência para esperar as mudanças acontecerem. “Ela acabou com o Brasil, mas o Temer não vai conseguir levantar o país de uma hora pra outra”, ponderou.

Elaine da Silva, de 38 anos, está desempregada e também um tanto desacreditada quanto à reali-

zação de mudanças no Brasil. “É complicado porque ela fica parada todo esse tempo (180 dias), e o Temer fica com o pepino na mão. Vou torcer para que dê certo, mas queria mesmo novas eleições”, explicou.

Para a aposentada Alda Bayerl, de 70 anos, a atitude



CRIS FAGA/FOLHAPRESS

Fora Dilma

Manifestantes a favor do impeachment de Dilma Rousseff fizeram uma vigília na Avenida Paulista (SP), no momento da votação no Senado.

de de tirar a presidente do poder não foi correta. “Não acho bom tirar um presidente que foi eleito pelo voto. Ela não tem culpa sozinha. Vamos ver se vai melhorar alguma coisa”, disse, sem demonstrar muita esperança.

Quem já perdeu de vez a esperança foi o aposentado

José Correa, de 65 anos, que demonstrou estar cansado com tanta corrupção: “Não muda nada. Sai um ladrão e entra outro. Minha esperança é só em Deus”. Com o afastamento de Dilma, Michel Temer assume o governo pelos próximos 180 dias, até o julgamento final do processo.

OPINIÕES



“Estou um pouco desacreditada, porém vou torcer para que dê certo. Mas queria mesmo novas eleições”

ELAINE DA SILVA 38 ANOS, DESEMPREGADA



“Não acho bom tirar um presidente que foi eleito pelo voto. Ela não tem culpa sozinha. Vamos ver se vai melhorar alguma coisa”

ALDA BAYERL 70 ANOS, APOSENTADA